

1 Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A Guararapes Confecções S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&FBOVESPA ("BOVESPA"). A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

Desde 2013 a Guararapes Confecções S.A. mantém um escritório na cidade de Shanghai - China, para intermediar as negociações comerciais. O custo operacional na manutenção deste escritório não é significativo para a Companhia.

(b) Empresas controladas

- Lojas Riachuelo S.A. ("Lojas Riachuelo")

As Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, através de suas 257 (212 em 31 de dezembro de 2013) lojas presentes em todo território nacional.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira")

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 02 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data da transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- . Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- . Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

- OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.
- Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Essencialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, lucros não realizados dos estoques, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os ramos mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira (Nota 25).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não adota *hedge accounting*.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas operacionais, líquidas" se existirem.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 9 e 6).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são considerados não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo. Na Controladora, referem-se substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil do contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos saldos estão reconhecidos pelo valor justo.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.9 Propriedade para investimento

A Companhia é proprietária de empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel não é ocupado pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 13.

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na Nota 13. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10
Propriedade para investimentos	2,1277

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

(b) Pontos Comerciais

Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. No exercício 2014 não foram identificados evidências de perdas não recuperáveis.

2.13 Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões para riscos trabalhistas e tributárias

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

(b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, representadas por 62.400.000 ações nominativas, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

(a) Venda de produtos

A Guararapes Confecções S.A. produz uma variedade de confecções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo.

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito, nas próprias lojas.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.22 Norma nova, alteração e interpretação de norma que ainda não está em vigor

A seguinte nova norma, alteração e interpretação de norma foi emitidas pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessa norma, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para perdas de inventário, redução dos valores de recuperação dos ativos, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais, e estão demonstrados a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco “A”, podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa “H”, em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu o complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2014 no montante de R\$ 55.241 (R\$ 34.268 em 2013), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 19. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 21.3, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

Em 2014 a investida Lojas Riachuelo adquiriu dois empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro. Para proteger as exposições cambiais relacionadas à esses empréstimos em moeda estrangeira a Companhia contratou operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “Swap”, conforme descrito na Nota 8.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2014, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
US\$	1,32	1,98	2,64	3,30	3,96

CONSOLIDADO

		Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
Operação	Moeda		Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
<u>Ativos</u>							
Instrumentos financeiros Derivativos	2,53	6.057	(2.897)	(1.317)	263	1.843	3.424
<u>Passivos:</u>							
Fornecedores - Estrangeiros	2,53	53.608	25.639	11.654	(2.331)	(16.315)	(30.300)
Empréstimos e financiamentos	2,53	259.274	124.001	56.364	(11.273)	(78.909)	(146.546)
<u>Resultado:</u>							
Variação cambial ativa			149.639	68.018	263	1.843	3.424
Variação cambial passiva			(2.897)	(1.317)	(13.604)	(95.225)	(176.846)
Impacto no Resultado			146.742	66.701	(13.341)	(93.382)	(173.422)

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em dezembro de 2013, indica uma taxa efetiva da SELIC em 10,5%, cenário provável para 2014.

CONSOLIDADO

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	12,00%	302.760	4.350	6.525	8.701	10.876	13.051
Títulos e valores mobiliários	SELIC	11,00%	196.122	2.592	3.888	5.184	6.480	7.776
Total			498.882	6.942	10.414	13.885	17.356	20.827
Passivos:								
Empréstimos - TJLP	TJLP	6,00%	568.522	4.171	6.257	8.342	10.428	12.514
Empréstimos - CDI	CDI	12,00%	59.217	851	1.276	1.702	2.127	2.553
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	8.072	45	67	89	112	134
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	1.306	8	12	16	20	24
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	6.886	46	70	93	116	139
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	51.613	191	287	383	479	574
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	42.845	185	278	370	463	555
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	4.901	24	36	48	60	72
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	222	1	1	2	2	2
Total			743.584	5.523	8.284	11.045	13.806	16.568
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				6.942	10.414	13.885	17.356	20.827
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(5.523)	(8.284)	(11.045)	(13.806)	(16.568)
Impacto no Resultado				1.420	2.130	2.840	3.550	4.259

(b) Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 359.802 (R\$ 261.451 em 31 de dezembro de 2013), para cobrir os riscos de crédito.

Em 2014 a controlada Midway Shopping Center Ltda. passou a constituir uma provisão para as possíveis perdas nas cobranças de alugueis das lojas com vencimentos superiores a 90 dias no valor de R\$ 492, inclusive reconhecendo como perdas dos alugueis vencidos a mais de 365 dias no valor de R\$ 281. Todos os inadimplentes acima de 90 dias estão sendo cobrados através de ações judiciais com o riscos de despejos.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Valor Contábil	Controladora				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	17.461	17.461	-	-	-	17.461
Empréstimos e Financiamentos	15.621	6.033	4.594	7.150	-	17.777
	<u>33.082</u>	<u>23.494</u>	<u>4.594</u>	<u>7.150</u>	<u>-</u>	<u>35.238</u>

Operação	Valor Contábil	Consolidado				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	256.775	256.775	-	-	-	256.775
Empréstimos e Financiamentos	1.002.858	521.801	204.941	330.115	72.920	1.129.777
	<u>1.259.633</u>	<u>778.576</u>	<u>204.941</u>	<u>330.115</u>	<u>72.920</u>	<u>1.386.552</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(d) Linhas de financiamento

	Consolidado	
	2014	2013
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	588.091	386.645
Não utilizado	1.205.489	1.182.450
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	978.827	745.858
Não utilizado	558.195	875.223

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2014, na estratégia do Grupo em ampliar o número de lojas, com a inauguração de 45 novas lojas, dobrou em relação à de 2013, o índice de alavancagem financeira que passou de 6% para 12%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2014	2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	1.002.858	577.330
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(358.993)	(232.914)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(196.122)	(176.937)
Dívida líquida	447.743	167.479
Total do patrimônio líquido	3.175.773	2.829.123
Total do capital	3.623.516	2.996.602
Índice de alavancagem financeira - %	12	6

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2014	2013	2014	2013
<u>Ativos financeiros:</u>				
Disponível para venda				
Títulos e valores mobiliários	29.244	58.297	196.122	176.937
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	968	174	358.993	232.914
Contas a receber de clientes	305.481	267.248	2.102.907	1.522.287
Valor justo por meio de resultda				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	6.057	-
	335.693	325.719	2.664.079	1.932.138

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<u>Passivos financeiros:</u>				
Ao custo amortizado				
Empréstimos e Financiamentos	15.621	20.264	1.002.858	577.330
Fornecedores	17.462	21.575	256.775	244.427
	33.083	41.839	1.259.633	821.757

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica “Empréstimos e Financiamentos” são atualizados monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 17); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício de relatório está próximo do valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

Os saldos registrados no consolidado, representados por LTF's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2014, estão classificados como títulos e valores mobiliários como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 196.122 (R\$ 176.937 em 31 de dezembro de 2013), conforme Nota 7, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas no valor justo não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada através de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Recursos em banco e em caixa	35	105	56.232	47.900
Depósitos bancários de curto prazo (a)	933	69	302.761	185.014
	<u>968</u>	<u>174</u>	<u>358.993</u>	<u>232.914</u>

- (a) O saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2014 estava relacionado à controlada indireta Midway Financeira, e estavam aplicados em Letras Financeiras do Tesouro – LFTs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

7 Títulos e valores mobiliários

- (a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Letras de Câmbio - MTM	29.244	58.297	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	196.122	176.937
Total	<u>29.244</u>	<u>58.297</u>	<u>196.122</u>	<u>176.937</u>

- (b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	58.297	116.772	176.937	163.463
Aplicação	24.370	14.690	-	-
Resgate	(58.930)	(78.984)	-	-
Resultados abrangentes	-	-	(36)	46
Juros/MTM	5.507	5.819	25.278	13.428
Saldo Final	<u>29.244</u>	<u>58.297</u>	<u>202.179</u>	<u>176.937</u>

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 29.244 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 58.297 em 31 de dezembro de 2013), e das controladas Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 12.259 e da Transportadora casa Verde Ltda. no valor de R\$ 3.458 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 28.342 em 31 de dezembro de 2013 para Midway Shopping, a Transportadora Casa Verde não possuía em 2013), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estavam distribuídos da seguinte forma:

Saldos em 31 de dezembro de 2014	
	LTN's
Até 1 ano	65.373
De 1 a 3 anos	130.749
De 3 a 5 anos	-
Valor de Mercado	196.122
Valor de aquisição	196.171
Saldo de ajuste a mercado em 2014	(49)
IRPJ e CSLL	20
Ajuste a mercado líquido em 2014	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	
	LTN's
De 1 a 3 anos	117.948
De 3 a 5 anos	58.989
Valor de Mercado	176.937
Valor de aquisição	176.926
Saldo de ajuste a mercado em 2013	11
IRPJ e CSLL	(4)
Ajuste a mercado líquido em 2013	7
Varição no exercício de 2014	(36)

8 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	2014	2013
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.057	-
Total	6.057	-

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada Lojas Riachuelo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira, e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2014, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

			Consolidado			
			Valor referencial (nacional)		Valor justo	
Instrumento	Objeto de proteção	Contraparte do valor principal	2014	2013	2014	2013
Swap	Taxa de câmbio	Bradesco	149.736		7.044	
Swap	Taxa de câmbio	Santander	100.000		(987)	
			249.736		6.057	

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

A controlada Lojas Riachuelo S.A. contratou operações de Swap com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos trimestralmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge*.

9 Contas a receber de clientes

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empresa controlada (*)	304.421	266.743	-	-
Cartões de créditos e outros	1.160	605	2.463.302	1.783.838
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100)	(100)	(360.395)	(261.551)
Total	<u>305.481</u>	<u>267.248</u>	<u>2.102.907</u>	<u>1.522.287</u>

(*) Refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(100)	(238.684)
Constituições/reversões	-	(185.154)
Baixas	-	162.287
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(100)</u>	<u>(261.551)</u>
Constituições/reversões	-	(267.759)
Baixas	-	168.915
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>(100)</u>	<u>(360.395)</u>

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2014 é composto por R\$ 100 (em 2013 - R\$ 100) da Companhia, R\$ 359.803 (R\$ 261.451 em 2013) da Midway Financeira e com R\$ 492 do Midway Shopping Center Ltda. constituída pela primeira vez em 2014.

(c) Composição das operações nos correspondentes níveis de risco/qualidade do crédito da Midway Financeira

2014				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.566.017	-	1.566.017	7.830
B - Vencidos até 30 dias	48.938	28.019	76.957	770
C - Vencidos de 31 até 60 dias	35.167	34.245	69.412	2.082
D - Vencidos de 61 até 90 dias	21.852	28.904	50.756	5.076
E - Vencidos de 91 até 120 dias	15.797	30.804	46.601	13.980
F - Vencidos de 121 até 150 dias	9.850	27.831	37.681	18.841
G - Vencidos de 151 até 180 dias	6.136	22.817	28.953	20.267
H - Vencidos acima de 180 dias	35.459	200.256	235.715	235.715
Provisão complementar	-	-	-	55.241
Total	1.739.216	372.876	2.112.092	359.802
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				17,04%
2013				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.060.806	-	1.060.806	5.304
B - Vencidos até 30 dias	30.516	16.938	47.454	475
C - Vencidos de 31 até 60 dias	21.824	21.759	43.583	1.307
D - Vencidos de 61 até 90 dias	15.534	19.581	35.115	3.512
E - Vencidos de 91 até 120 dias	11.114	20.767	31.881	9.564
F - Vencidos de 121 até 150 dias	7.099	19.772	26.871	13.436
G - Vencidos de 151 até 180 dias	4.501	16.953	21.454	15.018
H - Vencidos acima de 180 dias	25.093	153.474	178.567	178.567
Total	1.176.487	269.244	1.445.731	261.451
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				18,08%

(d) Renegociações da Midway Financeira

As operações renegociadas totalizaram o montante de R\$ 174.401 (R\$ 136.971 em 2013) no exercício. Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 24.730 (R\$ 23.752 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

I - Empresas controladas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer de 61 a 90 dias	74.410	61.875
A vencer de 31 a 60 dias	107.134	105.211
A vencer até 30 dias	<u>122.232</u>	<u>99.561</u>
Total a vencer	303.776	266.647
Vencidos até 30 dias	645	82
Vencidos de 61 a 90 dias	<u>-</u>	<u>14</u>
Total vencido	645	96
Total	<u><u>304.421</u></u>	<u><u>266.743</u></u>

Em 10 de dezembro de 2014, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 269.944 (R\$ 300.000 em 2014) e de dividendos a pagar de 2013 no valor de R\$ 30.056 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo no montante de R\$ 300.000, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações (Nota 12).

II – Cartões de créditos e outros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer há mais de 180 dias	-	-	133.766	90.869
A vencer de 91 e 180 dias	-	16	336.353	240.685
A vencer de 61 e 90 dias	522	16	246.124	174.011
A vencer de 31 e 60 dias	54	45	345.669	227.907
A vencer até 30 dias	<u>121</u>	<u>146</u>	<u>1.027.074</u>	<u>779.566</u>
Total a vencer	697	223	2.088.986	1.513.038
Vencidos até 30 dias	259	69	34.098	20.203
Vencidos de 31 e 60 dias	4	50	40.288	25.466
Vencidos de 61 e 90 dias	6	60	31.835	22.017
Vencidos de 91 e 180 dias	6	102	71.060	59.615
Vencidos há mais de 180 dias	<u>188</u>	<u>101</u>	<u>197.035</u>	<u>143.499</u>
Total Vencido	463	382	374.316	270.800
Total	<u><u>1.160</u></u>	<u><u>605</u></u>	<u><u>2.463.302</u></u>	<u><u>1.783.838</u></u>

10 Estoques

(a) Composição do saldo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Produtos acabados e mercadorias para revenda	7.329	2.481	475.905	355.819
Produtos em elaboração	14.211	24.211	14.211	24.211
Matérias-primas	68.755	64.046	68.755	64.046
Materiais secundários e outros	62.388	49.847	83.435	70.813
Importação em andamento	22.826	12.245	143.578	51.877
Materiais em trânsito	45	661	45	661
Provisão para perdas de inventário	-	-	(11.845)	(8.773)
Total	<u><u>175.554</u></u>	<u><u>153.491</u></u>	<u><u>774.084</u></u>	<u><u>558.654</u></u>

(b) Movimentação da Provisão para perdas de inventário

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(9.114)
Constituições	(2.125)
Baixa da provisão por utilização	2.466
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.773)
Constituições	(13.020)
Baixa da provisão por utilização	9.948
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(11.845)

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 649.248 (R\$ 600.469 em 2013) na controladora e R\$ 1.824.128 (R\$ 1.651.885 em 2013) no consolidado.

11 Tributos a recuperar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Ativo Imobilizado	(a)	779	939	8.196	9.777
ICMS a compensar	(b)	-	-	44.111	39.864
Imposto de Renda	(c)	2.069	7.427	52.158	43.663
Contribuição Social	(d)	642	8.322	662	8.384
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS a compensar	(e)	-	-	59.105	48.646
INSS a recuperar	(f)	-	-	6.011	5.382
Imposto Produtos Industrializados - IPI	(g)	416	952	416	952
Outros		-	-	16.449	13.077
Total		3.906	17.640	187.108	169.745
Circulante		3.249	16.904	99.730	89.817
Não Circulante		657	736	87.378	79.928

- (a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar nº 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/48 avos.
- (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte. O aumento nos créditos de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controlada Lojas Riachuelo na formação do estoque, para o evento “Moda casa”.
- (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e saldo de imposto de renda pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2014.
- (d) Saldo de contribuição social pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2015.
- (e) PIS e COFINS referente a compra de equipamentos na Controladora que são aproveitados, conforme art. 4, Inciso XII da lei nº 12.546/2011. No consolidado, o aumento deve-se à formação do estoque, para o evento “Moda casa” e pelo reconhecimento do PIS e COFINS nas aquisições de imobilizado pela controlada Lojas Riachuelo.
- (f) Contribuição ao INSS da Controlada Lojas Riachuelo S.A. a compensar
- (g) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre são compensados através do recolhimento dos tributos federais via PERDCOMP, principalmente relacionados ao PIS e a COFINS.

12 Investimentos

(a) Controladora

Descrição	2014	2013
Empresas controladas	2.472.649	2.072.334
Lucros dos estoques não realizados	(57.918)	(37.274)
Total dos investimentos	<u>2.414.731</u>	<u>2.035.060</u>

Participações em controladas

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 31/12/2014	Participação e capital votante em 31/12/2014
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	1.099.993	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. – Crédito Financiamento e Investimento (**)	Financeiro	Ativa	50.000	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Participações	Ativa	-	-

(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(**) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

(***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A.	Lucros dos estoques não realizado	Midway Shopping Center Ltda.	Transp. Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.461.454	(35.097)	205.322	8.332	41	1.640.052
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	126.551	(2.177)	29.669	(852)	12	153.203
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	46	-	-	-	-	46
Dividendos	(30.056)	-	(28.185)	-	-	(58.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.857.995</u>	<u>(37.274)</u>	<u>206.806</u>	<u>7.480</u>	<u>53</u>	<u>2.035.060</u>
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	129.542	(20.644)	36.744	(281)	19	145.380
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(36)	-	-	-	-	(36)
Dividendos	(30.766)	-	(34.907)	-	-	(65.673)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>2.256.735</u>	<u>(57.918)</u>	<u>208.643</u>	<u>7.199</u>	<u>72</u>	<u>2.414.731</u>

(*) Em 10 de dezembro de 2014, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 269.944 (R\$ 300.000 em 2014) e de dividendos a pagar de 2013 no valor de R\$ 30.056 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo no montante de R\$ 300.000, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações.

(c) Informações sobre as investidas

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – Balanço patrimonial sintético

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2014				
Circulante				
Ativo	2.074.184	25.231	6.793	2.387.156
Passivo	(1.143.088)	(15.149)	(1.162)	(1.741.199)
Ativo circulante líquido	931.096	10.082	5.631	645.957
Não circulante				
Ativo	2.208.200	206.403	4.685	80.775
Passivo	(882.561)	(7.842)	(3.080)	(5.615)
Ativo não circulante líquido	1.325.639	198.561	1.605	75.160
Patrimônio líquido	2.256.735	208.643	7.236	721.117
31 de dezembro de 2013				
Circulante				
Ativo	1.543.628	40.078	8.234	1.652.889
Passivo	(1.023.313)	(35.661)	(1.322)	(1.173.664)
Ativo circulante líquido	520.315	4.417	6.912	479.225
Não circulante				
Ativo	1.803.207	212.282	605	56.541
Passivo	(465.527)	(9.893)	-	(3.953)
Ativo não circulante líquido	1.337.680	202.389	605	52.588
Patrimônio líquido	1.857.995	206.806	7.517	531.813

II – Demonstração do resultado sintético

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2014				
Receitas	3.749.912	57.079	18.046	925.656
Despesas operacionais	(3.652.120)	(13.560)	(18.507)	(614.379)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	97.792	43.519	(461)	311.277
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	31.750	(6.775)	180	(121.937)
Lucro (Prejuízo) líquido	129.542	36.744	(281)	189.340
Dividendos/Lucros de controladas	30.766	34.907	-	-
31 de dezembro de 2013				
Receitas	3.296.597	50.854	15.232	727.871
Despesas operacionais	(3.163.471)	(8.556)	(16.563)	(530.247)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	133.126	42.298	(1.331)	197.624
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(6.575)	(12.629)	474	(77.116)
Lucro (Prejuízo) líquido	126.551	29.669	(857)	120.508
Dividendos/Lucros de controladas	30.056	28.185	-	-

13 Propriedade para investimento

(a) Composição do saldo

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado		
		2014		2013
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	2 a 47	281.292	(74.996)	206.296
				212.135

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	212.135	214.391
Adições	1.252	4.805
Depreciações	(7.091)	(6.812)
Baixas	-	(249)
Saldo final	206.296	212.135

A despesa com depreciação no montante de R\$ 7.091 (R\$ 6.812 em 2013), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos estão a seguir:

Descrição	2014	2013
Receitas	57.079	50.854
Despesas operacionais	<u>(13.560)</u>	<u>(8.556)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	43.519	42.298
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(6.775)</u>	<u>(12.629)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	<u>36.744</u>	<u>29.669</u>
Dividendos/Lucros de controladas	34.907	28.185

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) Metodologia para determinação do valor justo

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 695.885 para a data de 31 de dezembro de 2014 (R\$ 659.689 em 31 de dezembro de 2013).

14 Imobilizado**(a) Composição do saldo**

		Controladora			
		2014		2013	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(105.737)	354.677	358.032
Imobilizado para uso	5 a 25	460.080	(223.109)	236.971	233.456
Total		<u>920.494</u>	<u>(328.846)</u>	<u>591.648</u>	<u>591.488</u>
		Consolidado			
		2014		2013	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(105.737)	354.677	358.032
Imobilizado para uso	5 a 25	2.599.770	(1.121.965)	1.477.805	1.312.425
Total		<u>3.060.184</u>	<u>(1.227.702)</u>	<u>1.832.482</u>	<u>1.670.457</u>

14.1 Imóveis Comerciais**(a) Composição do saldo**

		Controladora			
		2014		2013	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	217.976		217.976	215.203
Edifícios	25	241.984	(105.737)	136.247	142.305
Obras em andamento		454		454	524
Total		<u>460.414</u>	<u>(105.737)</u>	<u>354.677</u>	<u>358.032</u>

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora			
	Imóveis comerciais			
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	Total
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	214.634	228.546	10.979	454.159
Adições	-	3.328	224	3.552
Baixas	569	10.110	(10.679)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	215.203	241.984	524	457.711
Adições	-	-	2.703	2.703
Transferências	2.773	-	(2.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	217.976	241.984	454	460.414
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(93.622)	-	(93.622)
Despesa de depreciação	-	(6.057)	-	(6.057)
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(99.679)	-	(99.679)
Despesa de depreciação	-	(6.058)	-	(6.058)
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(105.737)	-	(105.737)
<u>Saldos líquidos em:</u>				
31 de dezembro de 2013	215.203	142.305	524	358.032
31 de dezembro de 2014	217.976	136.247	454	354.677

14.2 Imobilizado para uso**(a) Composição do saldo**

		Controladora			
		2014		2013	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	25	113.942	(45.905)	68.037	70.404
Máquinas	16,6	265.830	(132.967)	132.863	130.608
Instalações	20	35.082	(18.001)	17.081	15.894
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	36.775	(24.631)	12.144	12.565
Veículos e transportes	5	2.877	(1.605)	1.272	1.278
Imobilizações em curso	-	5.574	-	5.574	2.707
Total		460.080	(223.109)	236.971	233.456

(*) Do custo de Móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 36.775, R\$ 10.914 possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 25.861, de 10 anos.

		Consolidado		
Vida útil estimada (em anos)		2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imóveis	25	122.993	(46.026)	76.967
Benfeitoria imóveis terceiros	10	1.080.388	(318.665)	761.723
Máquinas	16,6	265.830	(132.966)	132.864
Instalações	20	495.494	(333.559)	161.935
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	456.048	(236.290)	219.758
Veículos e transportes	5	124.233	(54.459)	69.774
Imobilizado em curso	-	54.784	-	54.784
Total		2.599.770	(1.121.965)	1.477.805
				1.312.425

(**) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado, R\$ 456.048, R\$ 172.559 possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 283.489, de 10 anos.

(b) Mapa de movimentação do saldo

Controladora						
Imobilizado						
	Imóveis	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	101.313	244.998	29.489	31.427	1.649	12.816
Adições	-	9.808	437	2.160	1.028	5.201
Baixas	-	(1.841)	(11)	(1)	(122)	(18)
Transferências	11.092	191	3.091	918	-	(15.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	253.156	33.006	34.504	2.555	2.707
Adições	2	13.758	608	2.395	431	6.789
Baixas	-	(1.774)	(102)	(251)	(109)	-
Transferências	1.535	690	1.570	127	-	(3.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	113.942	265.830	35.082	36.775	2.877	5.574
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(38.419)	(112.014)	(16.365)	(19.241)	(1.179)	-
Despesa de depreciação	(3.582)	(12.288)	(758)	(2.699)	(221)	-
Baixas	-	1.754	11	1	123	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(122.548)	(17.112)	(21.939)	(1.277)	-
Despesa de depreciação	(3.904)	(12.067)	(991)	(2.917)	(404)	-
Baixas	-	1.648	102	225	76	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(45.905)	(132.967)	(18.001)	(24.631)	(1.605)	-
Saldos líquidos em:						
31 de dezembro de 2013	70.404	130.608	15.894	12.565	1.278	2.707
31 de dezembro de 2014	68.037	132.863	17.081	12.144	1.272	5.574

Consolidado						
Imobilizado						
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	101.313	610.286	244.999	490.148	301.175	71.164
Adições	-	71.429	9.807	436	10.550	2.784
Baixas	-	(163)	(1.841)	(17)	(5.405)	(313)
Transferências	11.092	170.711	191	3.090	87.381	65.327
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	852.263	253.156	493.657	393.701	138.962
Adições	9.053	93.004	13.758	608	8.227	7.978
Baixas	-	(2.519)	(1.774)	(341)	(4.133)	(22.960)
Transferências	1.535	137.640	690	1.570	58.253	253
Saldos em 31 de dezembro de 2014	122.993	1.080.388	265.830	495.494	456.048	124.233
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(38.419)	(175.268)	(112.014)	(273.682)	(167.198)	(55.486)
Despesa de depreciação	(3.582)	(60.555)	(12.288)	(30.374)	(33.623)	(9.078)
Baixas	-	8	1.755	17	5.366	244
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(235.815)	(122.547)	(304.039)	(195.455)	(64.320)
Despesa de depreciação	(4.025)	(82.947)	(12.067)	(29.796)	(44.823)	(11.511)
Baixas	-	97	1.648	276	3.988	21.372
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(46.026)	(318.665)	(132.966)	(333.559)	(236.290)	(54.459)
Saldos líquidos em:						
31 de dezembro de 2013	70.404	616.448	130.609	189.618	198.246	74.642
31 de dezembro de 2014	76.967	761.723	132.864	161.935	219.758	69.774

O montante de adição no imobilizado refere-se basicamente a controlada Lojas Riachuelo, que inaugurou 45 novas lojas e cinco remodelações durante o exercício de 2014.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

14.3 Depreciação

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo, efetuaram a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2014, com o auxílio dos engenheiros da Companhia. Até 31 de dezembro de 2014, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2013. A Companhia procede a esta revisão anualmente.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

14.4 Imobilizações em andamento

Consolidado:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis entre cinco e dez anos.

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos centros de distribuição.

14.5 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

15 Intangível

(a) Composição do saldo

	Controladora			
			2014	2013
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Marcas e patentes	-	85	-	85
Gastos com implantação	5	2.312	(1.426)	886
Total		2.397	(1.426)	971

				Consolidado	
				2014	2013
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.021	-	1.021	951
Pontos comerciais	(*)	42.692	(13.078)	29.614	28.289
Software	5	80.859	(55.642)	25.217	22.228
Gastos com implantação	5	27.966	(16.947)	11.019	1.348
Total		152.538	(85.667)	66.871	52.816

(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 39.692, é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

(b) Mapa de movimentação do saldo

As movimentações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora		
		Marcas e patentes	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2012		70	2.312	2.382
Saldos em 31 de dezembro de 2013		70	2.312	2.382
Aquisição		15	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2014		85	2.312	2.397
<u>Amortização</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2012		-	(501)	(501)
Despesas com amortização		-	(462)	(462)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		-	(963)	(963)
Despesas com amortização		-	(463)	(463)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		-	(1.426)	(1.426)
<u>Saldos líquidos em:</u>				
31 de dezembro de 2013		70	1.349	1.419
31 de dezembro de 2014		85	886	971

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	822	29.851	66.711	2.359	99.743
Adições	129	8.611	16.797	-	25.537
Saldos em 31 de dezembro de 2013	951	38.462	83.508	2.359	125.280
Adições	70	4.230	11.408	11.562	27.270
Baixas	-	-	(12)	-	(12)
Transferências (**)	-	-	(14.045)	14.045	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.021	42.692	80.859	27.966	152.538
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(7.841)	(51.701)	(548)	(60.090)
Despesa de amortização	-	(2.332)	(9.579)	(463)	(12.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(10.173)	(61.280)	(1.011)	(72.464)
Despesa de amortização	-	(2.905)	(8.419)	(1.879)	(13.203)
Transferências (**)	-	-	14.057	(14.057)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(13.078)	(55.642)	(16.947)	(85.667)
<u>Saldos líquidos em:</u>					
31 de dezembro de 2013	951	28.289	22.228	1.348	52.816
31 de dezembro de 2014	1.021	29.614	25.217	11.019	66.871

As adições de softwares no montante R\$ 11.408 no consolidado do exercício de 2014, referem-se a diversos softwares adquiridos para a matriz, para as novas lojas e para o Call Center da controlada Lojas Riachuelo.

(**) Transferência de gastos com implantação registrados com software de exercícios anteriores.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Nacionais	17.461	21.575	203.167	223.933
Estrangeiros	-	-	53.608	20.494
Total	17.461	21.575	256.775	244.427

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data final de cada exercício.

17 Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional		Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora		Consolidado	
Juros de					2014	2013	2014	2013
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2015	-	-	-	59.217	32.723
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2015	221	176	-	221	176
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	328.563	441.197
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	-	220.261	-
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	-	5.466	8.087
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Guararapes	Até 2017	1.165	1.702	-	1.165	1.702
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	-	197	292
4,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	6.709	9.788
5,00% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	-	1.306	1.667
5,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	6.886	8.315
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(f)	BNDES - Guararapes	Até 2019	14.235	18.386	-	14.235	18.386
3,00% a.a.	(h)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	-	51.613	54.065
3,50% a.a.	(i)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	-	932	932
3,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	-	41.912	-
4,00% a.a.	(j)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	-	1.821	-
4,00% a.a.	(j)	BNDES - Transp. Casa Verde	Até 2019	-	-	-	3.080	-
1,95% a.a. mais variação cambial (*)	(k)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até dez/2015	-	-	-	159.372	-
1,84% a.a. mais variação cambial (*)	(k)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até dez/2015	-	-	-	99.902	-
Total					15.621	20.264	1.002.858	577.330
Circulante					5.112	5.057	212.119	170.658
Não-circulante					10.509	15.207	790.739	406.672

(*) Empréstimos contratadas pela controlada Lojas Riachuelo S.A. para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

- (a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.
- (b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).
- (c) Recursos utilizados para o capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.
- (d) Recursos utilizados pela controlada Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na construção do Teatro Riachuelo. Os juros apurados durante a construção do teatro foram capitalizados. Após a conclusão da expansão e do teatro, os juros passaram a ser alocados diretamente na despesa financeira.
- (e) Recursos liberados à Companhia para a compra de equipamentos para a unidade fabril de Natal e também para a compra de equipamentos no Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na montagem do Teatro Riachuelo.
- (f) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o “Call Center” da Lojas Riachuelo.
- (g) Recursos utilizados para compra de equipamentos na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo
- (h) Financiamento da aquisição de uma nova aeronave através do Banco Bradesco pela controlada Lojas Riachuelo S.A., para tornar mais ágeis as viagens de acompanhamento das novas lojas inauguradas e a inaugurar.
- (i) Financiamento das aquisições de paleteiras através do Banco Santander pela controlada Lojas Riachuelo S.A.
- (j) Financiamento para aquisição de caminhões para a Lojas Riachuelo e a Transportadora Casa Verde Ltda.

- (k) Financiamento de capital de giro na reforma e expansão da rede lojas da controlada Lojas Riachuelo S.A.

Todos os contratos firmados pela Companhia com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2021. Os contratos das controladas com o BNDES e o Santander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória.

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - “covenants” para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada (*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada (*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2014 a margem EBITDA Adaptada era de 19,3%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2014 a relação era de 10,0%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2014 a liquidez corrente era de 2,17.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos “covenants”.

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos é próximo ao seu saldo contábil, uma vez, que o impacto do desconto não é significativo.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.872	16.666	148.349	476.268
Captações	1.010	3.200	39.391	68.501
Juros	1.451	-	45.437	-
Transferências	4.659	(4.659)	138.097	(138.097)
Amortização de Juros	(1.305)	-	(46.118)	-
Pagamento de principal	(4.630)	-	(154.498)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.057	15.207	170.658	406.672
Captações	1.135	-	81.380	524.801
Juros	1.310	-	63.784	-
Transferências	4.698	(4.698)	140.734	(140.734)
Amortização de Juros	(1.114)	-	(41.006)	-
Pagamento de principal	(5.974)	-	(203.431)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.112	10.509	212.119	790.739

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	-	475.643
2015	5.112	170.908
2016	3.929	120.741
2017	3.176	97.632
2018	2.288	68.428
2019	1.116	51.362
2020 a 2023	-	18.144
Total	<u>15.621</u>	<u>1.002.858</u>

18 Salários, provisões e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão de férias e encargos	14.853	17.466	63.633	60.547
Salários a pagar	5	20	555	3.253
FGTS a recolher	2.124	1.931	9.009	7.568
INSS a recolher	5.100	3.357	17.863	10.488
PIS a recolher	832	710	10.112	9.812
COFINS a recolher	3.833	3.270	47.674	46.019
Encargos de rescisão	2.870	1.470	2.870	1.470
Participações nos lucros	-	-	67.944	35.201
Outros	125	57	6.407	5.697
Total	<u>29.742</u>	<u>28.281</u>	<u>226.067</u>	<u>180.055</u>

19 Obrigações com administradores de cartões

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 470.585 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 229.694 em 31 de dezembro de 2013) representa as contas a pagar com as adquirentes de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão “co-branded” em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas adquirentes em um prazo de 27 dias da data da transação.

20 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão por natureza				
Trabalhistas	-	-	6.331	5.086
Fiscais	94.375	76.034	173.944	132.456
Cíveis	-	-	11.343	8.740
Processuais	4.022	2.200	4.022	2.200
	98.397	78.234	195.640	148.482
Depósito judicial				
Fiscais	(91.968)	(74.973)	(91.968)	(74.973)
Total	6.429	3.261	103.672	73.509

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora		
	Fiscal	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	62.137	(61.312)	825
Constituições	12.118	-	12.118
Pagamentos	-	(9.215)	(9.215)
Encargos	3.979	(4.446)	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	78.234	(74.973)	3.261
Constituições	12.780	-	12.780
Pagamentos	-	(10.782)	(10.782)
Encargos	7.383	(6.213)	1.170
Saldo em 31 de dezembro de 2014	98.397	(91.968)	6.429

	Consolidado				
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.201	4.322	8.045	117.568	(61.312)
Constituição	22.032	1.798	1.579	25.409	-
Pagamento	-	(1.034)	(884)	(1.918)	(9.215)
Encargos	7.423	-	-	7.423	(4.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	134.656	5.086	8.740	148.482	(74.973)
Constituição	35.927	1.245	2.750	39.922	-
Pagamento	-	-	(147)	(147)	(10.782)
Encargos	7.383	-	-	7.383	(6.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	177.966	6.331	11.343	195.640	(91.968)

(c) Processos tributários**(c.1) Controladora****(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados**

- Processo 2007.84.00.001176-6 – PIS/COFINS sobre ICMS

Em 2007, a Companhia impetrou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, arguindo a inconstitucionalidade do pagamento do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre ICMS embutido no preço de venda.

A Companhia obteve liminar para suspender tais pagamentos, portanto passou a constituir a provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis no passivo não circulante.

Em janeiro de 2011, a liminar foi cassada e a Companhia para recorrer da decisão efetuou depósito judicial no mês de fevereiro de 2011 no valor de R\$ 34.174, que acumulado até 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 89.652 (até 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 72.657). Os saldos provisionados em 31 de dezembro de 2014 foram atualizados pela taxa SELIC e montam em R\$ 16.007 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 12.739) para o PIS e R\$ 74.010 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 58.937) para a COFINS, ambos registrados na conta de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. O processo encontra-se em tramitação na 3ª Vara Federal do RN.

- Outros processos

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo do INSS. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão totalizava R\$ 4.358. Com relação a esses processos, foi efetuado um depósito judicial de R\$ 2.316. A Companhia mantém uma provisão para perdas processuais no montante de R\$ 4.022 em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.200 em 31 de Dezembro de 2013).

<u>Provisionado</u>	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	90.017	(89.652)	365
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Processuais	4.022	-	4.022
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>98.397</u>	<u>(91.968)</u>	<u>6.429</u>

<u>Provisionado</u>	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	71.676	(72.657)	(981)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Processuais	2.200	-	2.200
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>78.234</u>	<u>(74.973)</u>	<u>3.261</u>

(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processo 16707.003570/2005-57 e Processo 10469.725077/2011-11 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Recurso Voluntário nº 154.775), tendo como objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, no período de 2001 a 2004 e de 2006 a 2009, cujos valores históricos montam a R\$ 129.140 e R\$ 29.992, que atualizados até 31 de dezembro de 2014 representam R\$ 163.307 e R\$ 33.939 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 183.334 e R\$ 32.633).

A administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota, logo, nenhuma provisão foi constituída.

(c.2) Consolidado

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

Os processos tributários encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento, como segue:

- Salário-educação - Ação Ordinária

A Controlada Lojas Riachuelo ingressou com Ação Ordinária nº 97.0034561-0 a fim de questionar a constitucionalidade da contribuição do salário-educação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal – STF, através da Súmula 732, julgou constitucional a cobrança da contribuição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu a lavratura de Autos de Infração os quais foram impugnados em razão da decadência ocorrida em parte do período objeto da autuação. O valor da provisão atualizado com aplicação de multa e juros monta a R\$ 1.390.

- PIS e COFINS – Créditos

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são incluídas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar. A Controlada constituiu provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R\$ 60.215, dos quais R\$ 11.192 foram constituídos em 2014.

- PIS e COFINS – Faturamento de Manaus

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos e na liminar obtida, esta efetuando desde 2013 a exclusão do faturamento das filias de Manaus para apuração de débitos de PIS e COFINS. Para tais débitos estão sendo constituídos uma provisão que totalizam em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$17.964.

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.615 (R\$ 3.954 em 31 de dezembro de 2013). A controlada Lojas Riachuelo possui R\$ 12.059 (R\$ 9.872 em 31 de dezembro de 2013) e na Guararapes Confecções R\$4.022 em 31 de dezembro de 2014 de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$ 21.696 (R\$ 16.026 em 31 de dezembro de 2013).

O quadro abaixo apresenta o resumo dos valores provisionados e seus respectivos depósitos judiciais, quando aplicável, por processo.

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	90.017	(89.652)	365
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Salario-Educação	1.390	-	1.390
PIS/COFINS - Créditos	78.179		78.179
Processos de natureza trabalhista e cível	21.696	-	21.696
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>195.640</u>	<u>(91.968)</u>	<u>103.672</u>

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	71.676	(72.657)	(981)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Salario-Educação	1.033	-	1.033
PIS/COFINS - Créditos	55.389	-	55.389
Processos de natureza trabalhista e cível	16.026	-	16.026
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>148.482</u>	<u>(74.973)</u>	<u>73.509</u>

(c.2.3) Processos possíveis não provisionados

A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 121.853 (R\$ 84.682 em 31 de dezembro de 2013), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos estão descritos a seguir:

- PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de 1989 a maio de 1992)

Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 2.617.

A Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da controlada, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo.

- PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de junho de 1992 a janeiro de 1995)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 19.226 e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS - auto de infração base de cálculo indevida

Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SFR, auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 6.560. Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensa pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2445/88 e nº 2449/88, razão pela qual se decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS / COFINS - Auto de Infração - glosa de créditos

A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de auto de infração nº 19515.72081/2013-19, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 36.716. Houve decisão de parcial procedência do auto de infração, seguida da interposição de recurso administrativo por parte da empresa e que se encontra pendente de julgamento. Não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS/COFINS/II - Importação

A Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e Imposto de Importação nas operações de importações e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 23.850. A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- Refis – Lei Federal nº 11.941/09

A Controlada Lojas Riachuelo S.A., apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, aderiu em dezembro de 2013 ao REFIS da Crise LEI 11.941/09 regulamentada pela LEI 12.865/13, efetuando o parcelamento em 60(sessenta) meses de débitos Federais no montante total de R\$ 25.059, amortizados mensalmente e atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

(d) Depósitos judiciais e outros

(d.1) Composição do saldo

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
INSS	-	-	574	574
Outros (**)	4.635	3.890	6.936	5.543
Total	<u>4.635</u>	<u>3.890</u>	<u>13.106</u>	<u>11.713</u>

- (*) ICMS – Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0. Através da referida execução fiscal, o Fisco Estadual executa um montante de R\$ 5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativos às operações tributadas realizadas no exercício de 2004 pela controlada Lojas Riachuelo no Estado do Rio de Janeiro, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco Estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009, a controlada apresentou embargos à execução fiscal que representaram a suspensão do curso da execução e remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.
- (**) No item “Outros” de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, está incluso o valor de R\$ 434, referente a empréstimos compulsórios.

(d.2) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.366	10.427
Depósitos	1.331	2.161
Baixa de depósito	(807)	(875)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.890	11.713
Depósitos	2.553	3.249
Baixa de depósito	(1.808)	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.635	13.106

21 Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (15% para a Midway Financeira).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	23.197	13.044
Contribuição social sobre base negativa	-	-	8.333	4.808
	-	-	31.530	17.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	75.590	52.617
Provisão para contingências e impostos a recolher	32.063	25.828	68.183	49.949
Custo atribuído	(80.306)	(82.598)	(97.024)	(96.009)
Outras provisões temporárias	-	-	28.285	17.307
Total	(48.243)	(56.770)	106.564	41.716
Ativo não circulante	-	-	171.525	111.897
Passivo não circulante	(48.243)	(56.770)	(64.961)	(70.181)
	(48.243)	(56.770)	106.564	41.716

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	-	-	31.530	17.852
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	75.590	52.617
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis e impostos a recolher	32.063	25.828	96.468	67.256
Total	<u>32.063</u>	<u>25.828</u>	<u>203.588</u>	<u>137.725</u>

A expectativa de realização está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2014	-	-	-	75.001
2015	-	-	115.627	3.427
2016	-	-	1.624	3.805
2017	-	25.828	902	42.816
2018	32.063	-	32.536	12.676
2019	-	-	52.899	-
Total	<u>32.063</u>	<u>25.828</u>	<u>203.588</u>	<u>137.725</u>

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registrou em suas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2014 o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias anteriormente demonstradas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs	80.306	82.598	97.024	96.009
Total	<u>80.306</u>	<u>82.598</u>	<u>97.024</u>	<u>96.009</u>

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs	236.194	242.935	285.365	282.379
Total	<u>236.194</u>	<u>242.935</u>	<u>285.365</u>	<u>282.379</u>
IR diferido à alíquota de 25%	59.049	60.734	71.341	70.595
CSLL diferida à alíquota de 9%	21.257	21.864	25.683	25.414
Total	<u>80.306</u>	<u>82.598</u>	<u>97.024</u>	<u>96.009</u>

Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora	
	2014	2013
Lucro contábil antes do IR e CS	509.059	442.225
Alíquota nominal do IR e CS	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas	(173.080)	(150.357)
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Adições (exclusões) temporárias:		
Equivalência patrimonial	49.429	52.089
Incentivos fiscais - IR	44.701	33.939
IR e CSLL sobre juros capital próprio	45.364	40.149
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	6.236	4.725
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs	2.291	2.291
Despesas Indedutíveis	2.346	415
Tributos com exigibilidades suspensas	(6.236)	(4.892)
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	(28.949)	(21.641)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Corrente	(37.476)	(28.657)
Diferido	8.527	7.016
Total	(28.949)	(21.641)
Saldo apurado a pagar	37.476	28.657
Pagamentos antecipados	(37.393)	(28.944)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	746	1.033
Imposto de renda e contribuição social a recolher	829	746

	Consolidado	
	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	602.829	536.345
Alíquota nominal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(204.962)	(182.357)
Conciliação		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira	(20.746)	(12.615)
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.528)	(3.371)
Incentivos Fiscais - IR	44.701	33.939
IR e CSLL sobre juros do capital próprio	45.364	40.149
Despesas indedutíveis	(29.579)	(5.430)
Lucros nos estoques	(5.798)	1.726
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores	59.232	4.739
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção do CPCs	5.597	7.459
Total	(122.719)	(115.761)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Correntes	(190.561)	(134.899)
Diferidos	67.842	19.138
Total	(122.719)	(115.761)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	190.561	134.899
Pagamentos antecipados	(134.828)	(128.102)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	89.410	82.613
Imposto de renda e contribuição social a recolher	145.143	89.410

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 8.604 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 9,093). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 14.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.925 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 3.091).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14 que converteu a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pago até a data de publicação desta lei, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de março de 2014, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R\$ 2.300.000 para R\$ 2.600.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 300.000 (na de 13 de abril de 2013, o aumento foi de R\$ 2.000.000 para R\$ 2.300.000).

Composição com destaque dos principais acionistas						
Acionista	Total	%	Escritural Ordinária	%	Escritural Preferencial	%
NEVALDO ROCHA	13.086.127	20,97	5.752.844	18,44	7.333.283	23,50
LISIANE GURGEL ROCHA	13.045.964	20,91	6.122.414	19,62	6.923.550	22,19
ELVIO GURGEL ROCHA	12.801.760	20,52	5.933.210	19,02	6.868.550	22,01
FLAVIO GURGEL ROCHA	12.701.759	20,36	5.833.209	18,70	6.868.550	22,01
NEWTON ROCHA DE OLIVEIRA JR	1.015.000	1,63	545.000	1,75	470.000	1,51
CAIXA VINCI VALOR FIA	747.500	1,20	747.500	2,40	-	-
NORGES BANK	477.782	0,77	477.782	1,53	-	-
NILTON FERREIRA DO MONTE	375.400	0,60	5.500	0,02	369.900	1,19
OSWALDO APARECIDO NUNES	373.000	0,60	203.400	0,65	169.600	0,54
CSHG VERDE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	334.155	0,54	334.155	1,07	-	-
RODRIGO MONTE ROCHA	293.700	0,47	17.700	0,06	276.000	0,88
FALKON EQUITIES LLC	262.300	0,42	262.300	0,84	-	-
OUTROS	6.885.553	11,03	4.964.986	15,91	1.920.567	6,16
TOTAL	62.400.000	100	31.200.000	100	31.200.000	100

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

22.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

Os dividendos apurados em 2013 e a proposta de 2014, foram estabelecidos como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	480.110	420.584
Incentivo fiscal do imposto de renda	(44.701)	(33.939)
Constituição de reserva legal	<u>(21.770)</u>	<u>(19.332)</u>
Base de cálculo do dividendo	413.639	367.313
Dividendo mínimo obrigatório	103.410	91.828
Dividendo adicional proposto	-	-
Dividendo proposto	<u>103.410</u>	<u>91.828</u>
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,00	25,00

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	824	76.505
Dividendos Complementares	-	338
Pagos no exercício	(39)	(33.425)
Utilização para elevação dos saldos de partes relacionadas (*)	-	(42.441)
Dividendos prescritos em 2012 e 2011	-	(153)
Saldo final	<u>785</u>	<u>824</u>

(*) Dividendos dos acionistas majoritários transferidos para partes relacionadas (contrato de mútuo).

	Quantidade de ações	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dividendo por ação:			
Ordinária – R\$ 1,58 (2013 - R\$ 1,40)	31.200.000	49.243	43.728
Preferencial – R\$ 1,74 (2013 - R\$ 1,54)	31.200.000	54.167	48.100
		<u>103.410</u>	<u>91.828</u>

Em 13 de setembro de 2013 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, aprovando a alteração do Estatuto Social da Companhia, para a inclusão da remuneração aos acionistas através dos Juros sobre Capital Próprio – JCP.

A administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de março, 10 de junho, 10 de setembro e 10 de dezembro de 2014, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 133.424, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório demonstrado acima.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	2.014	2.013
Patrimônio líquido do exercício anterior	2.829.123	2.526.929
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(160.387)	(164.835)
(-) Complemento de dividendos proposto em 2012	-	(338)
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP	2.668.736	2.361.756
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	5,00%	5,00%
Juros sobre capital próprio bruto	133.424	118.086
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(18.787)	(16.484)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	114.637	101.602
<u>Juros sobre capital próprio bruto por ação</u>		
Ações ordinárias - ON	2,0364	1,8023
Ações Preferenciais - PN	2,2400	1,9825

Não foi provisionado dividendos complementares, tendo em vista que os juros sobre capital próprio bruto, foram superiores aos dividendos mínimos obrigatórios.

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	2014	2013
Saldo inicial	101.602	-
Juros sobre capital próprio - provisão	133.424	118.086
Pagamento de IRRF	(18.787)	(16.484)
Pagamentos de juros sobre capital próprio	(101.202)	0
Saldo final	115.037	101.602

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2014 de R\$ 284.653 (R\$ 279.888 em 31 de dezembro de 2013) foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral até 30 de abril de 2015.

22.3 Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

Reserva de investimentos

Os lucros, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivo fiscal - SUDENE e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2014, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 27 de março de 2014.

Reserva de incentivos fiscais

Imposto de renda

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

O incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 44.701 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 33.939).

A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 83.220 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 75.630).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

22.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

22.5 Outros resultados abrangentes – Ajuste e valor justo de investimentos

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 7.

23 Partes relacionadas

(i) Saldos

Ativo circulante

		Controladora			
		Títulos e valores mobiliários		Contas a receber	
		2014	2013	2014	2013
<u>Controladas</u>					
Lojas Riachuelo					
- Duplicatas	(a)	-	-	304.421	266.743
- Aluguel, dividendos e outros	(b)	-	-	38.176	37.790
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	-	-	10.410	28.185
Midway Financeira	(e)	29.244	58.297	-	-
		<u>29.244</u>	<u>58.297</u>	<u>353.007</u>	<u>332.718</u>

Passivo circulante e passivo não circulante

		Passivo Circulante	
		2014	2013
<u>Controladas</u>			
Lojas Riachuelo - Prestações		-	299
Total		<u>-</u>	<u>299</u>
		Controladora e Consolidado	
		Passivo não Circulante	
		2014	2013
<u>Mútuo - Acionista</u>			
Nevaldo Rocha - Presidente	(c)	123.806	96.401
Elvio Gurgel Rocha	(c)	29.030	31.418
Total		<u>152.836</u>	<u>127.819</u>

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

	2014	2013
Saldo inicial	127.819	100.419
Amortização	(28.524)	(24.946)
Transferência de dividendos (*)	38.834	42.441
Juros	14.707	9.905
Saldo final	<u>152.836</u>	<u>127.819</u>

(*) Conversão de dividendos a receber em captação de mútuo.

(ii) Transações

		Controladora	
		Receita	
		2014	2013
<u>Controladas</u>			
Lojas Riachuelo - Vendas	(a)	1.243.580	1.079.400
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros	(b)	50.443	51.570
Midway Financeira		7.988	5.749
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel		24	24
Total		<u>1.302.035</u>	<u>1.136.743</u>

- (a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 90 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.
- (b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.
- (c) Foram firmados contratos de empréstimos entre a Companhia e seus acionistas, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2014, montava em R\$ 152.836 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 127.819) na controladora e no consolidado, com vencimentos para dezembro de 2015, e de remuneração correspondente a 99% da taxa do CDI.
- (d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway Shopping Center Ltda.
- (e) Refere-se a títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada Midway Financeira.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembleia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 27 de março de 2014:

<u>Remuneração</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Do Conselho de Administração	1.239	1.238
Da Diretoria	3.707	3.705
Do Conselho Fiscal	346	346
Total	<u>5.292</u>	<u>5.289</u>
<u>Remuneração</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Do Conselho de Administração	1.239	1.238
Da Diretoria	13.139	11.174
Do Conselho Fiscal	346	346
Total	<u>14.724</u>	<u>12.758</u>

24 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Em dezembro de 2011, a Companhia e as suas controladas contrataram a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar, denominado “Riachuelo PREV”, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contribuição da Companhia	753	702	8.247	6.577
Contribuições dos funcionários	586	599	6.678	6.015
Total	<u>1.339</u>	<u>1.301</u>	<u>14.925</u>	<u>12.592</u>

25 Informações por segmento de negócios

O Grupo está amparado nos segmentos denominados “Varejo” e “Financeira”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento “Financeiro” corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão “Riachuelo”.

O segmento “Outros” corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) Ativos e passivos

	2014				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.074.184	2.387.156	597.689	(1.495.423)	3.563.606
Ativo não circulante	2.208.200	80.775	3.944.775	(3.856.092)	2.377.658
Total do ativo	<u>4.282.384</u>	<u>2.467.931</u>	<u>4.542.464</u>	<u>(5.351.515)</u>	<u>5.941.264</u>
Passivo					
Passivo circulante	1.143.088	1.741.199	195.783	(1.436.769)	1.643.301
Passivo não circulante	882.561	5.615	234.014	-	1.122.190
Total do passivo	2.025.649	1.746.814	429.797	(1.436.769)	2.765.491
Patrimônio líquido	<u>2.256.735</u>	<u>721.117</u>	<u>4.112.667</u>	<u>(3.914.746)</u>	<u>3.175.773</u>
Total de passivo e patrimônio líquido	<u>4.282.384</u>	<u>2.467.931</u>	<u>4.542.464</u>	<u>(5.351.515)</u>	<u>5.941.264</u>
	2013				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	1.543.628	1.652.889	622.016	(1.199.190)	2.619.343
Ativo não circulante	1.803.207	56.541	2.845.480	(2.566.282)	2.138.946
Total do ativo	<u>3.346.835</u>	<u>1.709.430</u>	<u>3.467.496</u>	<u>(3.765.472)</u>	<u>4.758.289</u>
Passivo					
Passivo circulante	1.023.313	1.173.664	205.293	(1.161.342)	1.240.928
Passivo não circulante	465.527	3.953	218.758	-	688.238
Total do passivo	1.488.840	1.177.617	424.051	(1.161.342)	1.929.166
Patrimônio líquido	<u>1.857.995</u>	<u>531.813</u>	<u>3.043.445</u>	<u>(2.604.130)</u>	<u>2.829.123</u>
Total de passivo e patrimônio líquido	<u>3.346.835</u>	<u>1.709.430</u>	<u>3.467.496</u>	<u>(3.765.472)</u>	<u>4.758.289</u>

(b) Resultados

	2014				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.749.912	925.656	1.115.902	(1.063.341)	4.728.129
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.060.628)	(136.456)	(661.828)	1.034.784	(1.824.128)
Lucro bruto	1.689.284	789.200	454.074	(28.557)	2.904.001
Despesas com vendas	(1.523.657)	(271.519)	(9.988)	15.421	(1.789.743)
Despesas gerais e administrativas	(238.976)	(235.668)	(64.428)	68.728	(470.344)
Honorários	(5.296)	(4.135)	(5.293)	-	(14.724)
Outras receitas operacionais, líquidas	9.061	33.119	40.470	(79.206)	3.444
Resultado de equivalência patrimonial	189.318	-	145.380	(334.698)	-
Despesas operacionais	(1.569.550)	(478.203)	106.141	(329.755)	(2.271.367)
Lucro operacional	119.734	310.997	560.215	(358.312)	632.634
Receitas financeiras	45.162	38.391	18.115	(31.199)	70.469
Despesas financeiras	(67.104)	(38.111)	(26.216)	31.157	(100.274)
Resultado financeiro	(21.942)	280	(8.101)	(42)	(29.805)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.792	311.277	552.114	(358.354)	602.829

	2013				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.296.597	727.871	973.240	(928.618)	4.069.090
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.792.831)	(166.768)	(611.688)	919.402	(1.651.885)
Lucro bruto	1.503.766	561.103	361.552	(9.216)	2.417.205
Despesas com vendas	(1.252.810)	(190.729)	(10.260)	16.934	(1.436.865)
Despesas gerais e administrativas	(197.891)	(198.198)	(54.486)	64.327	(386.248)
Honorários	(5.299)	(2.170)	(5.289)	-	(12.758)
Outras receitas operacionais, líquidas	(3.442)	28.691	41.390	(76.170)	(9.531)
Resultado de equivalência patrimonial	120.490	-	153.203	(273.693)	-
Despesas operacionais	(1.338.952)	(362.406)	124.558	(268.602)	(1.845.402)
Lucro operacional	164.814	198.697	486.110	(277.818)	571.803
Receitas financeiras	24.485	24.927	15.658	(22.880)	42.190
Despesas financeiras	(56.173)	(26.000)	(18.576)	23.101	(77.648)
Resultado financeiro	(31.688)	(1.073)	(2.918)	221	(35.458)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	133.126	197.624	483.192	(277.597)	536.345

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 2. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

26 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora	
	2014	2013
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	1.256.373	1.085.598
	<u>1.256.373</u>	<u>1.085.598</u>
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(162.487)	(140.355)
ICMS – Incentivo fiscal	83.220	75.630
IPI	(4.526)	(2.423)
COFINS	(92.117)	(79.962)
PIS	(20.000)	(17.361)
INSS	(11.925)	(10.521)
Devoluções de vendas	(7.761)	(3.452)
	<u>(215.596)</u>	<u>(178.444)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.040.777</u></u>	<u><u>907.154</u></u>

	Consolidado	
	2014	2013
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	5.051	2.810
Vendas no varejo	5.537.495	4.816.736
Operações de crédito	981.106	770.415
Locação de lojas	55.876	52.813
Serviços de transportes	1	1
	<u>6.579.529</u>	<u>5.642.775</u>
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(945.239)	(824.023)
ICMS – Incentivo fiscal	83.220	75.630
IPI	-	-
COFINS	(420.311)	(371.968)
PIS	(89.025)	(79.015)
INSS	(51.505)	(37.328)
ISS	(8.260)	(5.567)
Devoluções de vendas	(299.398)	(270.952)
Outros	(120.882)	(60.462)
	<u>(1.851.400)</u>	<u>(1.573.685)</u>
Receita	<u><u>4.728.129</u></u>	<u><u>4.069.090</u></u>

27 Custo dos produtos vendidos, serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

27.1 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora	
	2014	2013
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(29.132)	(15.714)
Matéria-prima	(318.093)	(305.214)
Pessoal	(243.541)	(253.071)
Depreciação e amortização	(17.265)	(16.563)
Outros custos	(41.217)	(9.907)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(649.248)</u>	<u>(600.469)</u>
	Consolidado	
	2014	2013
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(1.219.537)	(995.483)
Matéria-prima	(231.263)	(248.091)
Pessoal	(177.061)	(205.707)
Depreciação e amortização	(17.931)	(16.737)
Outros custos (a)	(178.336)	(185.867)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(1.824.128)</u>	<u>(1.651.885)</u>

- (a) Inclui os custos dos serviços prestados da Midway Financeira e da Transportadora Casa Verde Ltda. a terceiros.

27.2 Despesas com vendas

	Controladora	
	2014	2013
Despesas com pessoal	(1.326)	(1.373)
Serviços de terceiros	(8.266)	(8.431)
Serviços públicos	(21)	(64)
Impostos e taxas diversas	(20)	-
Depreciação e amortização	(121)	(126)
Outras despesas	(234)	(266)
Total	<u>(9.988)</u>	<u>(10.260)</u>
	Consolidado	
	2014	2013
Despesas com pessoal (a)	(645.043)	(524.559)
Serviços de terceiros	(203.355)	(177.268)
Serviços públicos	(84.239)	(70.933)
Despesa com aluguéis e condomínio	(159.831)	(169.566)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas incobráveis	(266.386)	(185.635)
Depreciação e amortização	(143.467)	(113.176)
Outras despesas	(287.422)	(195.728)
Total	<u>(1.789.743)</u>	<u>(1.436.865)</u>

- (a) O crescimento das despesas com pessoal é o reflexo do aumento de lojas da controlada Lojas Riachuelo. Em dezembro de 2014, esta controlada possui 257 pontos de vendas, contra 212 existentes em dezembro de 2013.

27.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	2014	2013
Despesas com pessoal	(22.351)	(19.479)
Serviços de terceiros	(3.096)	(2.235)
Serviços públicos	(792)	(797)
Depreciação e amortização	(3.389)	(3.321)
Outras despesas	(12.798)	(13.467)
Total	<u>(42.426)</u>	<u>(39.299)</u>

	Consolidado	
	2014	2013
Despesas com pessoal	(189.604)	(162.560)
Serviços de terceiros	(51.046)	(44.080)
Serviços públicos	(4.670)	(5.806)
Depreciação e amortização	(41.329)	(33.821)
Outras despesas	(183.695)	(139.981)
Total	<u>(470.344)</u>	<u>(386.248)</u>

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora	
	2014	2013
Aluguéis	50.467	51.594
Recuperação de débitos	-	42
Depreciação e amortização	(6.057)	(6.057)
Outros	(4.342)	(4.477)
Total	<u>40.068</u>	<u>41.102</u>

	Consolidado	
	2014	2013
Recuperação de débitos	44	42
Multa contratual	428	244
Depreciação e amortização	(6.057)	(6.057)
Juros e multas sobre provisão de riscos	(17.168)	(12.717)
Outros(*)	26.197	8.957
Total	<u>3.444</u>	<u>(9.531)</u>

(*) Em dezembro de 2014 a controlada Lojas Riachuelo realizou a venda da aeronave no qual obteve um ganho na alienação de R\$ 5.313, além de recuperar em 2014, as despesas com créditos pendentes no valor de R\$ 7.474 e com o ICMS de substituição tributária no valor de R\$ 4.828, totalizando R\$ 17.615 de outras receitas operacionais.

29 Resultado Financeiro

	2014	2013
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	5.473	5.749
Juros ativos	6.705	4.638
Descontos obtidos	109	1.726
Variação cambial ativa	2.879	1.296
Outras receitas financeiras	-	-
	15.166	13.409
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(16.445)	(11.716)
Juros passivos	(7.505)	(5.610)
Outras despesas financeiras	(1.428)	-
	(25.378)	(17.326)
Resultado Financeiro	(10.212)	(3.917)

	Consolidado	
	2014	2013
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos aplicações financeiras	38.391	24.940
Juros ativos	7.136	5.063
Descontos obtidos	11.983	8.238
Ganhos Derivativos	6.057	-
Variação cambial ativa	2.878	2.365
Outras receitas financeiras	4.024	1.584
	70.469	42.190
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(64.194)	(53.654)
Juros passivos	(20.251)	(18.567)
Tarifas bancárias	(1.896)	(1.358)
Descontos concedidos	(21)	(93)
Outras despesas financeiras	(13.912)	(3.976)
	(100.274)	(77.648)
Resultado Financeiro	(29.805)	(35.458)

30 Lucro por ação

(a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2014	2013
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	480.110	420.584
Denominador básico/diluído		
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON	7,32768	6,41917
PN	8,06045	7,06109

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

31 Arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 280 contratos de locação de suas lojas firmados, sendo 273 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis (“ABL”) do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2014, as receitas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 57.079 (R\$ 50.854 em 31 de dezembro de 2013) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 54.166 (R\$ 48.124 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2014 totalizam um montante mínimo de R\$ 538.774, sendo:

Vencimento	Valor
2015	60.160
2016	62.085
2017	64.072
2018	66.122
Demais vencimentos até 2022	286.335
Total	538.774

32 Compromissos, obrigações e direitos contratuais

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os aluguéis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R\$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo e 1 depósito na região de Brasília-DF.

(b) Com terceiros

A controlada Lojas Riachuelo possui compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Compromisso e/ou obrigação Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	151.550

(c) Arrendamento operacional – Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Lojas Riachuelo possuía 257 (212 em 31 de dezembro de 2013) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 157.467 (R\$ 108.916 em 2013). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 10.358 (R\$ 10.112 em 2013).

Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2014, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.554.512, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2015	207.587
2016	216.083
2017	203.288
2018	191.526
2019	170.940
2020 a 2028	565.388
	<u>1.554.812</u>

33 Cobertura de seguros

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

As premissas de risco adotadas, dada à natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaaval a fumaça/lucros cessantes	360.000
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	240.491 100%
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	Segurado

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

34 Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, como segue:

Valores que nao afetaram o Fluxo de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Juros sobre capital próprio propostos	133.424	118.086	133.424	118.086
Transferência de Contas a Receber de Clientes para Investimentos em Controladas	269.944	300.000	-	-
Transferência de Contas Dividendos a Receber para Investimentos em Controladas	30.056	-	-	-
Aumento do capital social da Controladora com a capitalização de reservas	300.000	300.000	300.000	300.000